

Dia-a-dia

AJ12677

Qualidade do leite.

A Anvisa vai monitorar o leite produzido em todo o país, através do Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite. Pág. 8

Decisão política. Medida foi tomada porque empresa alega não ter retorno que comporte investimentos

Sem esperar estudo, governo decide retomar Terceira Ponte

Anúncio da encampação foi feito ontem, pelo auditor-geral do Estado, Edilson Barboza

CLÁUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

■ ■ O governo do Estado nem esperou o resultado dos estudos a serem feitos pela Fundação Getúlio Vargas, e que vão custar aos cofres públicos R\$ 550 mil, para anunciar a decisão de retomar a concessão do Sistema Rodovia do Sol, cujo contrato, assinado em 1998 com a concessionária Rodosol, deveria vigorar até 2023.

O anúncio foi feito ontem pelo auditor-geral do Estado, Edilson Barboza. "Se há uma concessão, espera-se dela bons serviços. O Estado não está tendo isso. Há engarrafamentos nos acessos à Terceira Ponte pela ausência de obras para desafogar o trânsito. A posição foi tomada: vai ser feita a encampação", disse Barboza.

Ele explicou que a Fundação Getúlio Vargas deve realizar um estudo aprofundado sobre o modelo da concessão vigente.

O governo tomou a decisão política de retomar a concessão, em função de uma discussão que se prolonga desde 2003, porque a concessionária alega não ter retorno suficiente que comporte investimentos e obras essenciais à melhoria do fluxo de veículos nos acessos à ponte, em Vila Velha e Vitória.

"O governo quer é saber a melhor forma de retomar o contrato, com responsabilidade, com respeito à lei, às normas vigentes", disse Barboza.

Ele lembrou que a legislação permite ao poder público concedente que ele retome uma concessão. Para tanto, é preciso que haja interesse público, uma lei autorizativa e pagamento prévio de indenização à concessionária pelos investimentos realizados, por lucros que ela deixaria de auferir durante a concessão, com contrato previsto para os próximos 15 anos.

Barboza fez questão de afirmar que a decisão não é intempestiva. "Desde 2003 o governo trabalha nessa concessão. De 2003 a 2007 não foi aplicado reajuste no pedágio, devi-

do a uma ação contundente do Estado na relação com a concessionária. O governo também assumiu a construção do Canal Bigossi, para não ter reajuste de tarifa, em 2005. Chegou o momento de se discutir esse contrato, garantindo-se melhoria de fluxo de veículos", disse ele.

Edilson Barboza lembrou que o modelo da concessão foi pensado num cenário político, econômico e financeiro diferente do atual. "Pode ser que a concessionária pensasse num retorno maior naquele cenário. Hoje o risco quase que não existe, principalmente o institucional", afirmou.

“Se não é bom para o lado de lá, para o governo e para a sociedade, o modelo está exaurido, tem que ser repensado”

EDILSON BARBOZA
AUDITOR-GERAL DO ESTADO

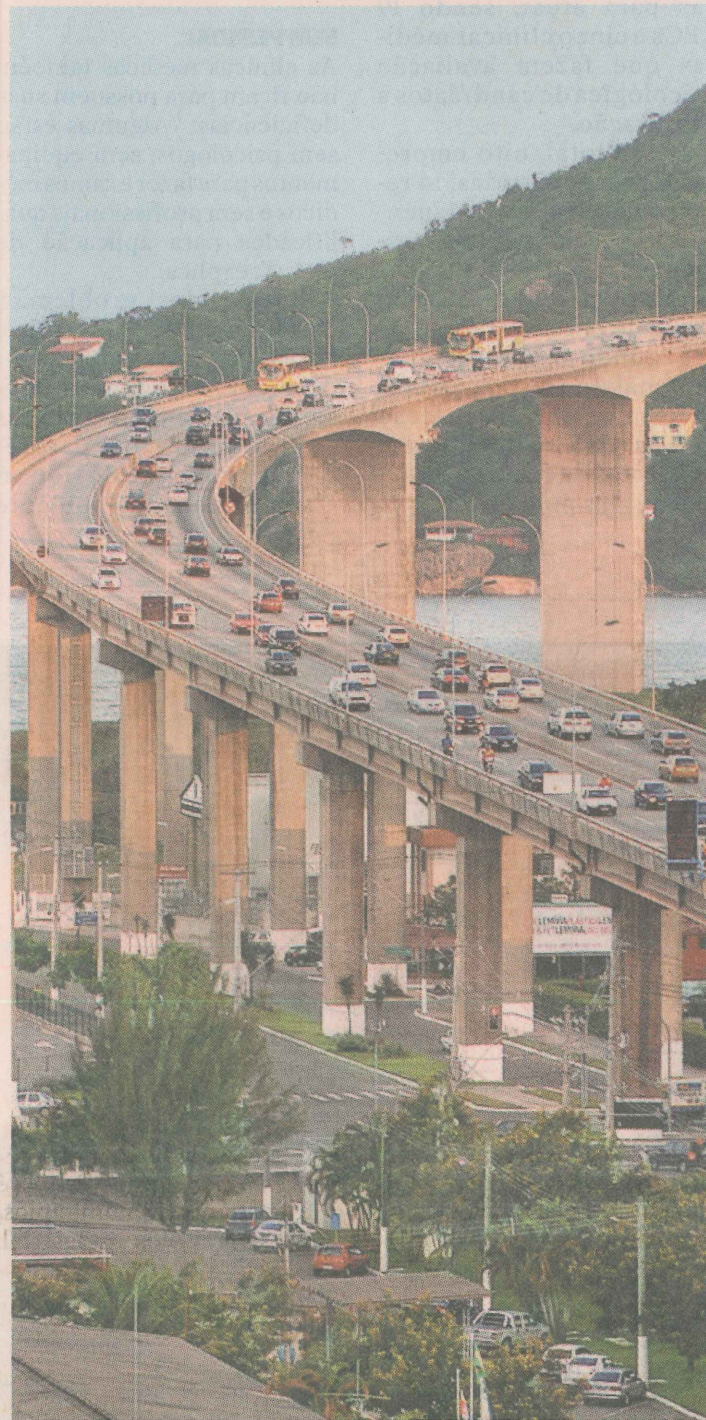
Vice-governador diz que preço do pedágio é injusto

MILENA MURTA
mmurta@redgazeta.com.br

■ ■ O vice-governador Ricardo Ferraço disse que não acha justo

encaminhados deverão responder a este questionamento: "Por enquanto é preciso conter a ansiedade", completou, dizendo só

comentar a afirmação do auditor geral do Estado, Edilson Barboza, sobre a decisão do governo de retomar a concessão da Rodovia



FÁBIO VICENTINI

Entenda

■ **Contrato.** Desde 2003 o governo do Estado e a Concessionária Rodosol, que opera o sistema formado pela Terceira Ponte e por 67,5 quilômetros da Rodovia do Sol, entre Vila Velha e Guarapari, vêm discutindo termos do contrato de concessão, assinado entre as partes em 1998

■ **Preço congelado.** Nesse período, o governo congelou o preço da tarifa, entre 2003 e 2007, abriu mão da outorga de 3% (percentual de remuneração que a concessionária deveria lhe pagar) e assumiu a urbanização do Canal Bigossi, no valor de R\$ 10 milhões

■ **Melhorias.** Em contrapartida, a Rodosol deveria fazer investimentos, da ordem de R\$ 50 milhões, em obras para melhorar o fluxo nos acessos à Terceira Ponte, com construção de uma nova praça de pedágio em Vila Velha, retirando as cabines hoje existentes no lado de Vitória, e a construção de duas alças para a descida de veículos em Vila Velha. Cada alça teria uma pista, com espaço para acostamento, e uma cabine de via expressa

Getúlio Vargas deve realizar um estudo aprofundado sobre o modelo da concessão vigente.

no trabalho nessa concessão. De 2003 a 2007 não foi aplicada o reajuste no pedágio, devi-

EDILSON BARBOZA
AUDITOR-GERAL DO ESTADO

Vice-governador diz que preço do pedágio é injusto

MILENA MURTA
mmurta@redgazeta.com.br

■ O vice-governador Ricardo Ferraço disse que não acha justo o preço do pedágio cobrado na Terceira Ponte e na Rodosol. “Prejudica principalmente o morador de Vila Velha que transita direto por ali”, afirmou.

Quando questionado sobre qual seria o valor justo, Ferraço se limitou a dizer que só os estudos

encaminhados deverão responder a este questionamento: “Por enquanto é preciso conter a ansiedade”, completou, dizendo só iria se pronunciar sobre o assunto após a conclusão dos estudos da Fundação Getúlio Vargas.

O vice-governador, que ontem participou de um almoço-palestra promovido pela Câmara de Comércio Americana do Estado, também preferiu não

comentar a afirmação do auditor geral do Estado, Edilson Barbosa, sobre a decisão do governo de retomar a concessão da Rodovia do Sol e da Terceira Ponte.

“Não sei em que contexto ele disse isso e é difícil eu fazer uma avaliação assim. Mas o Edilson Barbosa está com todas as credenciais do governo para conduzir este processo. E eu faço das palavras dele as minhas”.



FLUXO. Atualmente, com 20 anos de existência, passam pela Terceira Ponte mais de 60 mil veículos por dia

de R\$ 50 milhões, em obras para melhorar o fluxo nos acessos à Terceira Ponte, com construção de uma nova praça de pedágio em Vila Velha, retirando as cabines hoje existentes no lado de Vitória, e a construção de duas alças para a descida de veículos em Vila Velha. Cada alça teria uma pista, com espaço para acostamento, e uma cabine de via expressa

■ **Reajuste.** A concessionária alega não ter condições de arcar com as obras, e requereu um reajuste de 3% a 3,5% nas tarifas (hoje, automóveis pagam R\$ 1,60 na ponte, e R\$ 6,10 na rodovia). O governo diz que não autoriza o aumento

■ **Auditoria.** Em meio a essa discussão, o governo realizou, primeiro, uma auditoria no processo de concessão, feita por técnicos da Auditoria Geral do Estado. Diante da falta de acordo entre as partes, disse que estava disposto a retomar a concessão, mas condicionou qualquer decisão a conclusão de estudos feitos pela Fundação Getúlio Vargas

■ **Decisão política.** Ontem, o auditor-geral do Estado, Edilson Barboza, afirmou que a decisão política já foi tomada e que o governo vai mesmo encampar (retomar) a concessão

■ **Estudo.** Nesta semana, o governo assinará com a FGV um contrato para realização de um estudo aprofundado sobre a encampação, levantando, inclusive, o valor a ser pago a título de indenização prévia à concessionária

■ **Capacidade.** 35 mil era o número de veículos previstos para circular, diariamente, na Terceira Ponte, quando ela completasse 50 anos. Com 20 anos de existência, ela atingiu um fluxo diário superior a 60 mil

> 5 PERGUNTAS

Por que o governo anunciou a decisão de encampar (retomar) a concessão da Rodovia do Sol antes dos estudos técnicos da Fundação Getúlio Vargas?

■ O auditor-geral do Estado, Edilson Barboza, diz que a decisão é política, mas que será respaldada por estudos técnicos, e em respeito à legislação e às normas

Retomada a concessão, será mantida a cobrança de pedágio?

■ O governo condiciona a decisão à conclusão dos estudos da Fundação Getúlio Vargas, cujo contrato deve ser assinado nesta semana, com prazo de conclusão previsto para 120 dias. Mas o vice-governador, Ricardo Ferraço, disse ontem que não considera justos os preços cobrados pela Rodosol – R\$ 1,60 na Terceira Ponte e R\$ 6,10 na Rodovia do Sol

Com a encampação, o governo planeja operar o Sistema Rodosol ou vai abrir novo processo licitatório?

■ O auditor-geral também diz

que essa decisão só será tomada após a conclusão dos estudos da Fundação Getúlio Vargas

Há previsão para realização das obras para melhoria dos acessos à Terceira Ponte, que a Rodosol alega não ter como assumir?

■ Ainda não há definição

Qual será o valor de indenização a ser pago à Rodosol?

■ O montante só será conhecido após a conclusão dos estudos da Fundação Getúlio Vargas

Deputados aprovam a iniciativa

Até os membros da oposição dizem que darão apoio ao governo para aprovar projeto de lei

CARLA NASCIMENTO
cnascimento@redgazeta.com.br

■ Se depender do apoio dos deputados, o governo não terá problemas para aprovar um projeto de lei para retomar a administração da Terceira Ponte e da Rodosol. A iniciativa agradou até membros da oposição.

O deputado Cláudio Vereza (PT), por exemplo, explica que sempre lutou contra a privatização. “A princípio, vejo a idéia com bons olhos. Na época da privatização chegamos a entrar na Justiça contra o processo. Mas o Estado está com uma consultoria para avaliar a situação. É preciso saber se há condições de arcar com a indenização”.

Já Euclério Sampaio (PDT) diz que saiu na frente e apresentou um projeto de lei para suspender o contrato com a Rodosol. “Era uma bandeira minha.

Dei entrada no projeto em 22 de fevereiro. Ele está na Comissão de Justiça. A Rodosol não cumpre com as melhorias e o contrato foi feito de forma ilegal”.

A deputada Aparecida Denadai (PDT) também é a favor. “Se depender do meu voto, o governo terá apoio”. Segundo ela, a Terceira Ponte impõe um custo muito alto à população. Nem mesmo o pagamento de uma indenização à Rodosol assusta a deputada. “É uma questão de interesse público. Se o valor não for exorbitante, vale a pena”.

“Processo não é tão simples”

Afirmação é do presidente da associação de concessionárias, Moacyr Duarte

■ Embora admitindo que há respaldo legal para a retomada da concessão do Sistema Rodovia do Sol, o presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR), Moacyr Duarte, fez questão de explicar que o processo “não é tão simples”.

Ele lembrou, inclusive, que a medida pode vir a ser contestada por pessoas e órgãos que questionem o fato de o governo fazer um desembolso muito alto para indenização de um serviço que só beneficia parte da população do Estado, usuária da Terceira Ponte e de um trecho da Rodovia do Sol.

O valor dessa indenização não foi informado por Duarte, mas ele deixou claro que será preciso calcular investimentos não-amortizados, e a remuneração que ainda seria recebida pela Rodosol nos próximos 15 anos. A Rodosol informou que só falará sobre a decisão do governo de retomar a concessão após os estudos da FGV.

“No Brasil, só Leonel Brizola encampou uma concessionária de energia, na década de 60. Requião, no Paraná,

recuou devido ao custo”, lembrou Duarte.

Segundo ele, o governo do Espírito Santo tem relutado em conceder reajustes de tarifa à Rodosol, que, segundo ele, investiu alto na construção de um novo trecho da Rodovia do Sol (o Contorno de Guarapari), além de ter pago R\$ 11,5 milhões pela concessão, em 1998.

No Paraná, governo acabou recuando

■ O auditor-geral do Estado, Edilson Barboza, diz que a retomada da concessão tem que ser muito bem estudada. Ele lembra o que aconteceu, por exemplo, no Estado do Paraná, onde o governo Requião chegou a aprovar uma lei para encampar seis concessões, mas acabou recuando da medida. “Lá, partiu-se de uma decisão política, sem o devido respaldo técnico”, diz ele. De acordo com o presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias, Moacyr Duarte, ao constatar que teria que desembolsar R\$ 2 bilhões de indenização pelas encampações, o governo paranaense desistiu.